



PREVIBREJO

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
DE FRANCISCO SÁ  
CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 –CENTRO –  
FRANCISCOSÁ –MG .

SOLICITAÇÃO

Francisco Sá – MG, 06 de fevereiro de 2023.

À Ilma. Sra.

**Thaine Stefane Ferreira Nery**

Departamento de Compras e Licitações do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o antecipadamente e, considerando o recebimento desta solicitação; venho requerer a formalização de procedimento para “**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG**”, no exercício financeiro de 2023.

Item	Quant	Unid	Especificações Mínimas	Valor Unit	Valor Total
01	12	Mês	<b>ASSESSORIA FINANCEIRA</b>  Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de consultoria econômico-financeira para o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, cujo objeto constituirá o desenvolvimento dos seguintes serviços:  ✓ Relatório mensal da Carteira, apresentando indicadores de performance do portfólio e dos principais benchmarks do mercado, bem como a análise do Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução 4.963/2021 e suas alterações, com alerta em casos de desenquadramento;  ✓ Relatório de Análise Técnica Índices de Renda Variável e Fixa permitidos pela Resolução 4.963/2021 e suas alterações;  ✓ Relatório de análise mensal da Conjuntura	R\$	R\$

		<p>Econômica Doméstica e Internacional;</p> <p>✓ Elaboração do relatório trimestral, exigido pela PORTARIA MPS Nº 519, DE 24 DE AGOSTO DE 2011 - DOU DE 23/08/2011, onde, de acordo com o Art. 3º, inciso “V”, define: “V - elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle.”</p> <p>✓ Assessoria na elaboração / alteração da política de investimentos - DPIN, bem como seu preenchimento no CADPREV;</p> <p>✓ Preenchimento das informações mensais - DAIR no CADPREV;</p> <p>✓ Plataforma online para preenchimento das informações APR;</p> <p>✓ Assessoria na montagem do edital de credenciamento de Instituições Financeiras;</p> <p>✓ <i>Conference Call</i> para a discussão de aspectos relacionados à avaliação das aplicações do Instituto mediante solicitação;</p> <p>Análise de documentação e elaboração do Termo de Credenciamento;</p>		
<b>Total:</b>				R\$

Na oportunidade, encaminho anexo, Termo de Referência para compor o processo.  
Sem mais e na expectativa de especial atenção, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente;

*Elvis Henrique R. Rodrigues*  
Diretor Executivo  
PREVIBREJO

Elvis Henrique Ruas Rodrigues  
Diretor Executivo  
PREVIBREJO



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **OBJETO:**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG**

### **1 DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Os serviços serem contratadas se enquadram como comuns, por não possuírem peculiaridade de execução, sendo usualmente encontrados e ofertados no mercado.

### **2 JUSTIFICATIVA:**

A contratação em epígrafe faz-se imprescindível para auxiliar o Gestor do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG no gerenciamento dos investimentos financeiros do Órgão.

Assim, é necessária a prestação de serviços de consultoria para planejar, executar e gerenciar os investimentos do Instituto de forma eficaz e objetiva. Deve-se considerar ainda a importância de qualquer tomada de decisão nesse aspecto, que pode impactar diretamente na continuidade dos serviços prestados aos segurados/beneficiários.

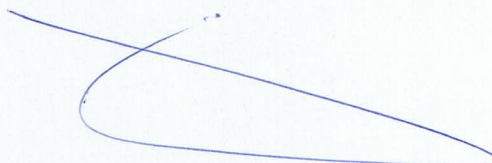
Ademais, o contrato administrativo nº 001/2022 com mesmo objeto da presente contratação teve sua vigência encerrada. Nada obstante, persiste a necessidade dos serviços.

Assim, diante da ausência de pessoal com qualificação técnica específica, mantém-se a necessidade de contratação dos referidos serviços.

### **3 AVALIAÇÃO DE CUSTO:**

Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos, junto às empresas do ramo, sendo apurados os valores de referência, conforme documentos acostados nos autos.

### **4 METODOLOGIA:**





O critério de aceitação das propostas será o de Menor Preço unitário, levando-se ainda em consideração as especificações do objeto bem como a qualidade dos mesmos e a economia por escala.

No preço contratado já deverão ser computados todos os impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto contrato, isentando a Contratante de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

#### **5 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:**

5.1. Os serviços prestados deverão estar de acordo com o descrito neste termo de referência, bem como devem guardar relação de igualdade com o proposto no orçamento fornecido pela empresa vencedora.

#### **6 ESTIMATIVA DE PREÇO:**

Conforme exigência legal, o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG através do departamento de compras realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 03 (três) empresas do ramo do objeto licitado para apuração do preço estimado para a despesa.

#### **7 FUNDAMENTO LEGAL**

Art. art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

#### **8 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

8.1 O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG atuará como gestor/fiscal do contrato, por meio do Setor de Compras, podendo ocorrer mudanças ou alterações, ou ainda indicação de servidor para fiscalização, alterações estas que serão informadas ao fornecedor em tempo hábil.

8.2. A fiscalização, autorização, conferência do objeto deste contrato serão realizados pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, ou servidor por ele designado, observados os arts. 73 da Lei Federal 8.666/93.

8.3. Será facultada ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG a vistoria nas oficinas dos licitantes, para avaliar as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria compatíveis para a execução dos serviços objeto da licitação.





**9 PRAZO DE VIGÊNCIA DA RELAÇÃO CONTRATUAL**

O contrato terá vigência de 12 meses, a contar de sua assinatura, podendo ser extinto antes do aludido prazo e prorrogações conforme lei nº 8.666/93.

**10 DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

**10.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICO-FINANCEIRA  
PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG**

**10.2.** Os serviços compreendem, no mínimo:

Item	Quant	Unid	Especificações Mínimas	Valor Unit	Valor Total
01	12	Mês	<p><b>ASSESSORIA FINANCEIRA</b></p> <p>Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de consultoria econômico-financeira para o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, cujo objeto constituirá o desenvolvimento dos seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Relatório mensal da Carteira, apresentando indicadores de performance do portfólio e dos principais benchmarks do mercado, bem como a análise do Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução 4.963/2021 e suas alterações, com alerta em casos de desenquadramento;</li><li>✓ Relatório de Análise Técnica Índices de Renda Variável e Fixa permitidos pela Resolução 4.963/2021 e suas alterações;</li><li>✓ Relatório de análise mensal da Conjuntura Econômica Doméstica e Internacional;</li><li>✓ Elaboração do relatório trimestral, exigido pela PORTARIA MPS Nº 519, DE 24 DE AGOSTO DE 2011 - DOU DE 23/08/2011, onde, de acordo com o Art. 3º, inciso "V", define: "V - elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a</li></ul>	R\$	R\$





			<p>rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle.”</p> <p>✓ Assessoria na elaboração / alteração da política de investimentos - DPIN, bem como seu preenchimento no CADPREV;</p> <p>✓ Preenchimento das informações mensais - DAIR no CADPREV;</p> <p>✓ Plataforma online para preenchimento das informações APR;</p> <p>✓ Assessoria na montagem do edital de credenciamento de Instituições Financeiras;</p> <p>✓ <i>Conference Call</i> para a discussão de aspectos relacionados à avaliação das aplicações do Instituto mediante solicitação;</p> <p>Análise de documentação e elaboração do Termo de Credenciamento;</p>		
<b>Total:</b>					R\$

### 10.3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

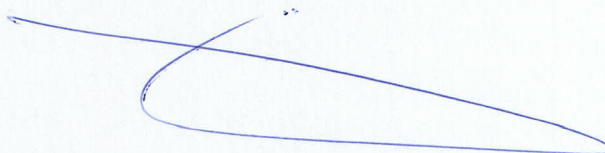
10.3.1 O objeto do presente Termo de Referência deverá ser prestado de forma on-line, através de canais de comunicação como: Skype, WhatsApp, telefone, e-mail ou outra forma de comunicação à distância.

10.3.1 Os relatórios, demonstrativos e outros documentos deverão ser encaminhados, assinados, pelos canais de atendimento/comunicação acima descritos.

10.3.2 A empresa contratada deverá estar à disposição do PREVIBREJO durante o horário de expediente deste, sendo de 08:00h às 16:00h, de segunda-feira a sexta-feira.

10.3.3 O contratado deverá cumprir os horários previamente agendados com a contratante, em reuniões marcadas. O não cumprimento do horário estipulado, por necessidade superior, deverá ser comunicado e na garantia do correto andamento das ações da Entidade.

### 10.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA





10.4.1 Comprovações de aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo de referência, mediante apresentação de autorização da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOA para prestar serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592/2017.

## **11. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

11.1. Encaminhar relatórios semanais/mensis, conforme sua natureza e de acordo com o disposto no item 10.2 deste termo de referência, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Administração Pública.

11.1.2. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

11.2. Os serviços discriminados serão prestados de forma remota, através de canais de comunicação como: Skype, WhatsApp, telefone, e-mail ou outra forma de comunicação à distância.

10.3. Os relatórios, demonstrativos e outros documentos deverão ser encaminhados, assinados, pelos canais de atendimento/comunicação acima descritos. A empresa contratada deverá estar à disposição do PREVIBREJO durante o horário de expediente deste, sendo de 08:00h às 16:00h, de segunda-feira a sexta-feira.

11.4. Na ocorrência de atrasos na execução do objeto, o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital e na Lei 8666/93 e suas alterações.

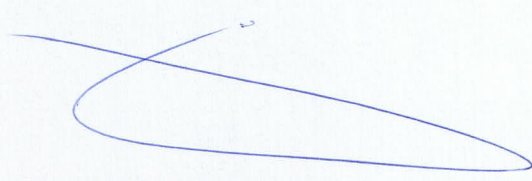
11.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

11.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.6.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, no prazo máximo de 48 horas, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

11.6.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do Contrato.





11.8. No caso do inciso anterior, fica a mesma obrigada a substituir, em todo ou em parte, o objeto do mesmo, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

11.9. Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste projeto básico.

b) definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do projeto básico, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 dias úteis do recebimento provisório.

11.10. Na hipótese de a verificação acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

## **12 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

12.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 05 (cinco) dias, diretamente a detentora conforme comprovação da regular prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

12.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

12.3 - Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.


12.4 - Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação sem quaisquer ônus para o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, tais como contratação do motorista, combustível, manutenção preventiva e corretiva, despesas com locomoção, tributos, e demais despesas diretas e indiretas.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO**

O contrato firmado com a Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sob pena de aplicação de sanções, inclusive rescisão.

### **13.1 Das Obrigações da Contratada**

**13.1. A Contratada se Obriga a:**





13.1.10. A Contratada é responsável pela adequação e qualidade dos serviços prestados.

#### **14.2. Das Obrigações da Contratante:**

14.2.1. Efetuar o pagamento de acordo com o valor contratado;

14.2.2. Fiscalizar e acompanhar, através do departamento de compras e licitações, a completa execução do objeto contratado;

14.2.3. Prestar a Contratada, todas as informações e dados por ela solicitados, desde que sejam disponíveis e do conhecimento da Contratante;

14.2.4. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução do objeto, quando necessário;

14.2.5. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir prazos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

#### **15. DA RESCISÃO:**

15.1. A Contratante poderá rescindir o contrato, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, ou ainda nas hipóteses de:

a) não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos, por parte da (o) Contratada (o);

b) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

c) ocorrência de atraso superior a 30 (trinta) dias após a solicitação de serviços, pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG. Neste caso a (o) Contratada (o) será multada conforme previsto no contrato.

15.2. A contratação desse serviço não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/1993.

#### **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

16.1 O Contratado que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de promover o fornecimento/prestação do serviço, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou





cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

16.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento/serviço contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento/serviço contratado, conforme orçamento aprovado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do contrato ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

III. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, conforme orçamento aprovado, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

16.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

16.4. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

#### **17. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

